



GRUPO PARLAMENTAR DO P.S.D.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhores membros do Governo

O modelo de reconstrução adoptado pelo Governo Regional dos Açores para fazer face aos estragos do sismo de 9 de Julho de 1998 e as condicionantes económicas e populacionais próprias das duas ilhas mais atingidas – Faial e Pico - , conduziram à opção por entregar uma parte da Reconstrução a grandes empresas de dimensão nacional, algumas delas mesmo sem qualquer passado de ligação à Região.

Tendo em conta o volume de obras a enfrentar, tornou-se inevitável que, com as empresas, viessem para os Açores fluxos significativos de mão-de-obra que são a garantia da concretização da tarefa da Reconstrução. E se a estes condicionalismos somarmos a circunstância da coexistência temporal de uma Lei de Imigração extremamente permeável, estão criadas as condições para que os Açores – e o Faial e Pico em particular, mas não só – depressa se tenham tornado destino de fluxos significativos de mão-de-obra imigrante.

O impacto social deste fenómeno, sobretudo em comunidades pequenas e fechadas como o são as ilhas, é um elemento a merecer cuidada atenção e acompanhamento permanente. Basta referir que, por exemplo, no Faial, uma ilha cuja população ronda os 15.000 habitantes, receber um contingente de mão-de-obra de 1.500 a 2.000 trabalhadores, como se verifica, implica falarmos de um crescimento da população, num curto período, de 7.5 a 10%.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhores membros do Governo



GRUPO PARLAMENTAR DO P.S.D.

A verdade impõe que se diga que até hoje, nestas duas ilhas, não tem havido problemas sociais significativos por efeito da presença nelas de tão grande e necessário número de trabalhadores. E é justo também que se reconheça que o Governo Regional e as empresas conseguiram, pelo modelo implementado, atenuar e evitar os problemas que grandes aglomerados dormitório poderiam constituir.

No entanto, preocupa-nos e interpela-nos algum abandono e aparente falta de enquadramento oficial que sentimos junto dos trabalhadores imigrantes. Não fora a criação, pela Ouvidoria da Horta, de um Gabinete de Acolhimento para os trabalhadores imigrantes, que tem procurado ajudar aqueles que necessitam apoio na resolução de problemas burocráticos ou auxílio sócio-caritativo; não fora o Pároco da Matriz da Horta e um director de serviços da Administração pública regional que têm disponibilizado um serviço de aulas de português para os imigrantes vindos dos países de Leste e que ainda há dias proporcionaram, no Faial e Pico, missas segundo o rito bizantino, com a vinda de um sacerdote ucraniano que aqui contactou com a realidade da imigração e com os seus compatriotas; não fora, na Madalena do Pico e na Terra do Pão, o empenhamento da Cáritas em proporcionar aos imigrantes de Leste aulas de português; não fora estes edificantes exemplos e estaríamos, neste domínio, num absoluto deserto, que só nos envergonha, a nós que também fomos – e, embora menos, ainda somos – um povo de emigrantes que sabe o que sofreu nos países para onde procurou a fortuna e as oportunidades que a Pátria lhes negava.

Por outro lado, de tempos a tempos, circulam rumores acerca da existência de fenómenos de exploração desenfreada dos trabalhadores por patrões sem escrúpulos, sendo frequentes as suspeitas de falseamento da declaração dos vencimentos para efeitos dos descontos legais, ou até de patrões que dizem cativar as percentagens destinadas por exemplo à Segurança Social e, depois, não as entregam. Também se fala muito sobre as condições de higiene e segurança no trabalho proporcionadas por alguns sub-empregados em actividade no âmbito da Reconstrução.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados



GRUPO PARLAMENTAR DO P.S.D.

Senhores membros do Governo

Os Serviços de Administração do Trabalho na Horta, a quem caberia a fiscalização e acompanhamento de algumas destas situações, passaram de uma média de 10 a 20 pareceres para efeitos da emissão de vistos de trabalho e depósito de contratos de trabalho para cerca de 1500 em 2001, isto para não referir também toda intervenção resultante do aumento da conflitualidade laboral. E para fazer face a este crescimento abrupto e exponencial, o quadro de pessoal mantém-se inalterado, apesar das promessas em contrário.

Basicamente se poderá dizer o mesmo do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, que se continua a debater com falta de meios humanos para enfrentar um tão grande crescimento de solicitações.

Continua a faltar, claramente, nestes casos, uma resposta excepcional para uma situação excepcional.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhores membros do Governo

Finalmente, um outro fenómeno tão preocupante como delicado e melindroso. A grande maioria dos imigrantes que recebemos são provenientes da África, do Brasil e de países da Europa de Leste (principalmente Ucrânia e Moldávia), zonas referidas pela Organização Mundial de Saúde como de alta taxa de penetração de doenças infecto-contagiosas. E a verdade é que esses trabalhadores chegam na sua esmagadora maioria sem qualquer triagem ou controle sanitário.

Preocupa-nos o impacto que tal situação pode provocar na saúde pública, sobretudo em meios pequenos e fechados.

E reconhecemos o melindre que rodeia uma abordagem e uma solução construtivas para este problema.



GRUPO PARLAMENTAR DO P.S.D.

E também sabemos que não há soluções fáceis nem repentinas. Mas a defesa dos próprios trabalhadores imigrantes impõe que se encare a nível oficial uma forma de intervir nesta área, que poderá com naturalidade ser através de protocolos de cooperação entre as empresas e os Centros de Saúde, que visem, no contexto da Medicina do Trabalho, o acompanhamento dos trabalhadores.

Mas, parados é que não podemos continuar, assobiando para o lado, fazendo de conta que nada se passa e cruzando os dedos para que nada se venha a passar.

Tenho dito.

Horta, 20 de Março de 2002

Jorge Costa Pereira
Deputado Regional